



COISAS DA POLÍTICA

TODA NOTÍCIA É SELETIVA; AQUI NÃO É DIFERENTE!

ANO II – VOLUME 12 – RIO DE JANEIRO – JULHO DE 2025



BAÍA DESPOLUÍDA

Agenersa celebra 20 anos de regulação com universalização da distribuição de água e da coleta de esgoto e despoluição da Baía de Guanabara

Lei que proíbe venda de bolsas de delivery é sancionada no Rio.

PÁG.07

Prefeita de Araruama comemora recebimento de trator pelo PROMAQ. PÁG.11

Vereador propõe declarar presidente da Indonésia persona non grata. PÁG.20

Vereadora Gigi Castilho faz da dor das mães sua bandeira na Câmara do Rio. PÁG.22



ECONOMIA

MAIS PRAZO E ALÍVIO PARA OS MOTORISTAS.

**A ALERJ criou o programa que permitiu
o parcelamento das dívidas com o IPVA.**

Com o IPVA em Dia, foi possível parcelar a dívida
em até 12 vezes.

Leis **10.433/24** e **10.579/24**.



CONFIRA ESTE E
OUTROS TEMAS



ALERJ

EDITORIAL

Caros leitores,

Banhistas de todo o Rio, aos poucos, estão voltando a frequentar áreas historicamente degradadas, como as praias do Flamengo, Glória, Botafogo, Urca e Ilha de Paqueta, e tudo isso com o aval do Instituto Estadual do Ambiente. Atuando para tornar mais eficiente a preservação do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, o INEA vem periodicamente publicando relatórios que apontam melhoria progressiva da balneabilidade nessas áreas.

Mas isso não aconteceu de uma hora para a outra. Foi o resultado de duas décadas de muito trabalho, eficiência e investimentos que, até 2033, alcançarão a casa dos R\$ 19 bilhões. Por trás de todo esse trabalho, uma única responsável: a Agenersa. Para comemorar os 20 anos dessa gigante, preparamos uma matéria es-

pecial contando um pouco de sua história, seus projetos, desafios e planos para o futuro. Simplesmente imperdível!

E como é de praxe, também trazemos, nesta edição, matérias cobrindo o dia a dia das cidades e da política fluminense. Em Maricá, mais de 770 câmeras inteligentes estão atuando dia e noite no combate à violência e à criminalidade. Em Araruama, a prefeitura reforça seu compromisso com o campo ao receber um trator agrícola do PROMAQ. Na capital fluminense, um vereador quer que o presidente da Indonésia seja declarado persona non grata, em repúdio à atuação de seu governo no caso da morte da brasileira Juliana Marins, ocorrida naquele país.

Tudo isso e muito mais você encontra nas próximas páginas. Boa leitura!

Carlos Cruz - Editor



**COISAS
DA POLÍTICA**

WWW.COISASDAPOLITICA.COM

contato@coisasdapolitica.com

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA LTDA

CNPJ: 53.311.915/0001-84

Representante Comercial

Carlos Cruz

(21) 97218-9986

contato@coisasdapolitica.com

Tiragem: 10.000

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Jefferson Lemos | 18963RJ

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

M. Macedo



ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa. Quer divulgar seus produtos e serviços? Entre em contato com nosso representante comercial pelo email contato@coisasdapolitica.com

CIDADES**COM MENOS 25 MILHÕES DE LITROS DE ESGOTO POR MÊS, RIO MARACANÃ DÁ SINAIS DE RECUPERAÇÃO**

Desobstrução de rede de esgoto no entorno do Rio Maracanã. Crédito: divulgação/Águas do Rio

Boas notícias ainda não são comuns quando se fala em rios urbanos no Rio de Janeiro, apesar dos anseios da população carioca. Mas elas existem. Um dos exemplos mais simbólicos é o Rio Maracanã, que começa a sair do colapso ambiental. Tudo porque, todo mês, pelo menos 25 milhões de litros de esgoto já deixam de ser lançados em suas águas. O número impressiona: é o equivalente a 11 piscinas olímpicas de esgoto a menos fluindo rumo ao Canal do Mangue e, por consequência, à Baía de Guanabara.

O rio ainda está longe de ser considerado limpo. Mas o avanço é real, mensurável e representa um passo importante dentro de um projeto mais amplo de recuperação da Baía. O Maracanã, que nasce cristalino na Floresta da Tijuca, ainda chega ao seu destino final severamente comprometido, mas começa a registrar as primeiras respostas às ações de saneamento.

Empresa responsável pelo serviço, a Águas do Rio, do grupo Aegea, tem executado uma série de intervenções ao longo da bacia do Canal do Mangue, com foco no combate a irregularidades e na reestruturação de redes coletoras. A atuação começou com o mapeamento técnico de 10 quilômetros do leito do Maracanã e de seus afluentes, utilizando vídeo-inspeção com superzoom. O diagnóstico revelou dezenas de lançamentos clandestinos de esgoto em redes pluviais.

Com base nesse levantamento, entraram em cena obras corretivas, fiscalização em imóveis e notificações a clientes com ligações fora dos padrões. Um dos casos mais emblemáticos foi o de um edifício na Rua Barão de Mesquita, que despejava mensalmente cerca de 1,5 milhão de litros de esgoto diretamente no rio. O problema foi resolvido com a instalação de uma nova rede de esgoto, desconectando a estru-

tura irregular. Até agora, já foram executadas mais de 250 desobstruções, cerca de 90 manutenções e a correção de 13 pontos com despejo inadequado.

"Neste primeiro momento, o foco das ações de fiscalização na bacia do Canal do Mangue são as contribuições no Rio Maracanã. Essa frente de trabalho faz parte do compromisso ambiental da concessionária com a recuperação da Baía de Guanabara e caminha em conjunto com o principal projeto da concessionária, que é universalizar os serviços de esgotamento sanitário até 2033, conforme determina o Marco Legal do Saneamento", afirma Maria Alice Rangel, gerente de Serviços da Águas do Rio.

Tecnologia, monitoramento e próximos desafios

O Canal do Mangue, que recebe diretamente as águas do Maracanã, também acumula contribuições de outros rios urbanos impacta-

dos, como o Papa-Couve, Trapicheiros, Joana e Rio Comprido. Reverter o quadro de décadas de degradação e ocupação desordenada demanda obras estruturantes, planejamento contínuo e controle técnico rigoroso.

Entre as medidas futuras, está prevista a implantação de coletores em tempo seco, que é um sistema que intercepta o esgoto despejado irregularmente nas galerias de águas pluviais. Nos dias secos, esse esgoto é desviado para a rede de esgotamento sanitário. Em períodos de chuva, a água da enxurrada segue pelas galerias, sem sobrecarregar o sistema.

Enquanto isso, a concessionária mantém um programa fixo de monitoramento da qualidade da água, com coletas quinzenais em cinco diferentes pontos ao longo do rio. Os parâmetros analisados incluem coliformes fecais, turbidez, pH, oxigênio dissolvido e outros indicadores que ajudam a mensurar os resultados das ações e a definir os próximos passos.

Se os dados fornecem os fatos,
a **CRiE** te ajuda a contar
a sua história.

CRiE Agência Digital

Somos especializados em entender
o ambiente onde você está inserido,
para ajudar você a atingir os teus objetivos

 **21 96926-5960**

SAQUAREMA É MUITO MAIS DO QUE SURF: É SUSTENTABILIDADE ASSOCIADA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aproveitando a onda do Mundial de Surf 2025, a cidade de Saquarema realizou, no dia 27 de junho, o encerramento do Seminário Nacional Economia Azul em Ação. O evento, organizado pelo Sebrae com o objetivo de reunir gestores que trabalham com o tema da economia azul, teve início nos dias 25 e 26 em Cabo Frio. Participaram representantes de diversas cidades do país, trocando experiências e debatendo caminhos para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Em 2023, ainda no governo da ex-prefeita Manoela Peres, a gestão municipal lançou o programa Saquarema 2030, que uniu municípios da região e secretarias de estado para a criação do primeiro fórum regional de economia do mar. Dessa iniciativa, surgiu a assinatura de um protocolo de intenções entre os entes participantes — ação que foi reconhecida nacionalmente com a conquista do prêmio do SEBRAE por boas práticas em sustentabilidade e inovação.

“Após a conclusão do meu mestrado, me sensibilizei muito com a temática da Agenda 2030, do ESG

e da questão da Década dos Oceanos. Com isso, busquei desenvolver projetos no município alinhados com esse tema, de grande importância e relevância não só para Saquarema, mas para todo o país”, afirmou a Secretária Municipal de Governança e Sustentabilidade, Manoela Peres.

Durante o Seminário Nacional Sobre Economia Azul, cerca de 200 gestores públicos, empresários e representantes de instituições discutiram os desafios climáticos, os caminhos para o desenvolvimento sustentável e as perspectivas para pequenos empreendimentos ligados ao setor marítimo. O estado do Rio de Janeiro já responde por aproximadamente 23% da economia do mar nacional. Convidados pelo SEBRAE Nacional, os participantes apresentaram cases de sucesso e fizeram visitas técnicas para conhecer projetos que unem os componentes ambiental, econômico, educacional e social.

“No início da minha gestão, em 2017, a gente se abriu para buscar esse elemento que funcionasse como alavanca da estratégia de desenvolvi-

mento econômico sustentável da cidade e nos deparamos com a busca da WSL por uma nova casa. Também sempre reforço que a escolha por Saquarema só foi possível graças à qualidade da água de nossas praias, com a certificação Bandeira Azul em Itaúna”, completou Manoela.

Ações em Saquarema

De 2017 a 2024, Saquarema ganhou destaque quando o assunto é boas práticas voltadas à economia do mar. Com a revisão do Plano Diretor Municipal, o bairro de Itaúna foi demarcado e ganhou o título de Bairro Temático do Surf. Várias intervenções foram (e estão sendo) realizadas no espaço, criando uma experiência única para moradores e turistas.

Além disso, a Prefeitura criou o Centro de Treinamento de Surf, reconhecido pela WSL como o melhor CT de Surf do Brasil. Atualmente, o centro atende mais de 200 alunos, desde a base até a alta performance, além de desenvolver ações de educação ambiental e letramento em cultura oceânica.

Saquarema também entrou no seleto grupo de cidades com praias certificadas com a Bandeira Azul. O programa chegou à cidade em 2022 com

a Praia de Itaúna e pode ser expandido para outras duas praias: Vila e Prainha, ambas no Centro.

A Prefeitura também iniciou um projeto de letramento oceânico no Centro de Capacitação Profissional Vinicius Vidal França, com o objetivo de treinar os professores das escolas municipais em Cultura Oceânica, segundo a metodologia da UNESCO de Escolas Azuis. O centro é uma das duas unidades mantidas pelo município e já qualificou mais de 11 mil saquaremenses para o mercado de trabalho.

Outro exemplo importante é o projeto de recuperação da Lagoa de Jacarepiá e a restauração dos manguezais da cidade. Geridas pela Secretaria de Meio Ambiente, as ações estão alinhadas ao PROMEA — Programa Municipal de Educação Ambiental.

“Saquarema tem uma ligação muito profunda com o mar. Nossa cultura passa pelos pescadores, surfistas, atletas e por todos que contemplam a beleza das nossas praias. Por isso, estamos trabalhando para que a cidade esteja na vanguarda e tenha protagonismo nas ações voltadas à economia do mar, pois acreditamos que esse é o caminho para um futuro mais sustentável e igualitário para todos”, finalizou Manoela Peres.



A ex-prefeita Manoela Perez com a atual prefeita, Lucimar Vidal, e o presidente da WSL na América Latina, Ivan Martinho, no Seminário Nacional Economia Azul em Ação, em Saquarema. Crédito: divulgação



MARICÁ INTENSIFICA COMBATE AO CRIME COM TECNOLOGIA DE PONTA: DUAS PRISÕES EM UM ÚNICO DIA



Imagem do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, em Maricá. Crédito: Evelen Gouvêa

Em mais um capítulo da revolução tecnológica na segurança pública, o município de Maricá registrou duas prisões de foragidos da Justiça em menos de 24 horas, graças ao sistema de reconhecimento facial operado pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp). Os casos ocorreram no dia 7 de julho, reforçando a eficácia da estratégia que alia inteligência artificial e ação policial.

Manhã em Itaipuaçu: feminicídio e pensão alimentícia

O primeiro alerta veio logo cedo, quando as câmeras identificaram um homem com dois mandados de prisão em aberto — um por feminicídio e outro por inadimplência de pensão alimentícia. O suspeito circulava nas proximidades do Terminal Rodoviário José Ferreira da Silva, em Itaipuaçu. A Guarda Municipal foi acionada e realizou a abordagem com sucesso.

Tarde no Centro: roubo e captura

Horas depois, o sistema voltou a agir. Desta vez, o alerta indicava a presença de um foragido por roubo na movimentada rua Ribeiro de Almeida, no Centro da cidade. Policiais da 6ª Companhia do 12º

BPM localizaram e prenderam o suspeito, encerrando o dia com mais uma captura estratégica.

Tecnologia que transforma

Com mais de 770 câmeras inteligentes em operação — número que deve saltar para 7 mil até o fim do ano — o Ciosp tem sido peça-chave na repressão ao crime. Em 2025, mais de 350 encaminhamentos à delegacia já foram realizados com apoio do sistema. A plataforma integra câmeras de CFTV, OCR, reconhecimento facial e monitoramento em tempo real, cobrindo os quatro distritos da cidade.

Maricá em destaque

A cidade vem se consolidando como referência nacional em segurança pública digital. Após o sucesso do dia 7 de julho, quatro foragidos foram capturados com auxílio da tecnologia na semana seguinte. A iniciativa é parte do programa “190 Integrado”, que conecta as forças policiais ao banco de dados da Justiça, permitindo respostas rápidas e precisas.

Maricá mostra que, quando tecnologia e ação se encontram, a segurança deixa de ser promessa e vira resultado.

LEI QUE PROÍBE VENDA DE BOLSAS DE DELIVERY É SANCIONADA NO RIO

Em uma medida que promete transformar o setor de entregas no estado do Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL) sancionou, no dia 15 de julho, em edição extraordinária do Diário Oficial, a Lei Nº 10.885/2025, que proíbe expressamente a comercialização das bolsas térmicas usadas por entregadores de serviços de delivery.

De autoria do deputado Alexandre Knoploch (PL), a legislação estabelece que apenas as plataformas digitais contratantes serão responsáveis por fornecer gratuitamente as bolsas de transporte aos entregadores cadastrados. A proibição da venda por terceiros visa impedir o uso irregular dos equipamentos por pessoas não vinculadas às plataformas, reforçando a segurança e a transparência do sistema de entregas.

A lei ainda determina critérios rígidos para o equipamento: cada bolsa deverá conter nume-

ração individual associada ao entregador, garantir a conservação adequada dos alimentos e exibir claramente a identidade visual da plataforma. As empresas serão obrigadas a manter registro atualizado dos itens fornecidos.

Knoploch defende que a medida é um avanço na proteção alimentar e na valorização dos profissionais que atuam nas ruas. “Essa iniciativa reafirma o compromisso do estado com a segurança alimentar, o respeito aos entregadores e a eficiência dos serviços prestados à população”, destacou o deputado.

Multa pesada para quem descumprir

Plataformas que não cumprirem as exigências poderão pagar multa administrativa de R\$ 5 mil por cada bolsa entregue em desacordo com a lei. Em caso de reincidência, a empresa poderá ter seu serviço suspenso em todo o estado.



Crédito: Rovená Rosa/Agência Brasil

NOVA AGÊNCIA DA LIGHT É INAUGURADA EM SÃO JOÃO DE MERITI COM PRESENÇA DO PREFEITO LÉO VIEIRA

Em mais um movimento decisivo para modernizar os serviços públicos e promover o bem-estar da população, o prefeito de São João de Meriti, Léo Vieira, participou, no dia 14 de julho, da inauguração da nova agência de atendimento da Light no Shopping Grande Rio.

A cerimônia marcou um novo capítulo na relação entre o cidadão e os serviços oferecidos pela concessionária, que agora conta com um espaço climatizado, máquinas de autoatendimento e localização estratégica no bairro Parque Barreto, na Rua Maria Soares Sendas, nº III. A nova unidade substitui a antiga loja localizada no Centro, trazendo mais comodidade e acessibilidade à população.

“Estamos dando mais um passo rumo à eficiência no serviço público. Essa nova estrutura da Light é um reflexo do nosso compromisso com a

melhoria contínua da cidade e o respeito ao cidadão meritiense,” declarou o prefeito Léo Vieira, destacando o papel ativo da gestão municipal na articulação para a implantação da agência.

Durante a inauguração, Léo Vieira esteve acompanhado por representantes da concessionária, como Edimilson Bandeira, gerente de relacionamento, e Gabriel Tavares, gerente de contas da empresa, reforçando o alinhamento entre poder público e iniciativa privada na busca por soluções que impactam diretamente o dia a dia da população.

A agência funcionará de segunda a sexta, das 8h às 17h, reafirmando o compromisso da gestão Léo Vieira com a ampliação da qualidade no atendimento e a humanização dos serviços oferecidos no município.

Serviços oferecidos na nova unidade:

- Emissão de segunda via de conta;
- Parcelamento de débitos;
- Solicitação de religação;
- Alteração na data de vencimento;
- Comprovante de conta paga;
- Solicitação da Tarifa Social;
- Encerramento de contrato;
- Histórico de consumo;

O prefeito Léo Vieira com o gerente de relacionamento, Edimilson Bandeira. Crédito: divulgação



INVESTIMENTOS HISTÓRICOS NA SAÚDE DE DUQUE DE CAXIAS GANHAM DESTAQUE COM ATUAÇÃO DO DEPUTADO ARTHUR MONTEIRO

Mais de R\$ 1,4 bilhão em investimentos na saúde pública. Esse é o montante aplicado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, nos anos de 2023 e 2024. Os dados foram divulgados pelo deputado estadual Arthur Monteiro (União), que tem se consolidado como uma das principais vozes da região na Assembleia Legislativa (Alerj).

Em vídeo publicado nas redes sociais, Monteiro aparece em frente ao recém-inaugurado Hospital do Coração de Duque de Caxias, o primeiro hospital especializado em cardiologia da Baixada Fluminense, entregue à população em 2024. O parlamentar agradeceu ao governador Cláudio Castro (PL) e ao presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União), pela destinação dos recursos

que viabilizaram avanços significativos na saúde do município.

“O Governo do Estado do Rio de Janeiro está mudando a realidade da saúde em Duque de Caxias. Não é promessa, é entrega”, afirmou Monteiro. Ele destacou ainda ações como a expansão da atenção básica, o fortalecimento da rede ambulatorial e hospitalar e mecanismos de incentivo à participação popular e ao controle social.

Com investimentos robustos e infraestrutura em ascensão, o deputado reforçou: “A cidade já conta com recursos significativos para a saúde. Agora é hora de aplicá-los com responsabilidade e critério.”

Deputado Arthur Monteiro em frente ao recém-inaugurado Hospital do Coração de Duque de Caxias. Crédito: João Euzébio



PROJETO TRATA ÓLEO, DO GRUPO ÁGUAS DO BRASIL, PRESERVOU MAIS DE 6 BILHÕES DE LITROS DE ÁGUA EM SEIS ANOS



Crédito: divulgação

Uma iniciativa simples do Grupo Águas do Brasil, de entrega voluntária e recolhimento de óleo para descarte ambientalmente correto, vem trazendo benefícios para os mananciais e lagoas. Referência em saneamento básico, a empresa recolheu mais de 255 mil litros de óleo, desde 2019, quando o projeto Olhar Ambiental – Trata Óleo foi lançado, a princípio em apenas um município, e atualmente sendo executado nos 33 municípios onde atua, preservando 6,3 bilhões de litros de água — o equivalente a mais de 2.500 piscinas olímpicas. Para se ter uma ideia, um litro de óleo tem potencial para poluir até 25 mil litros de água.

Somente no primeiro bimestre de 2025, foram recolhidos mais de 15 mil litros de óleo, que poderiam poluir mais de 386 milhões de litros de água. Esse volume equivale a 155 piscinas olímpicas.

Em seis anos, o número de pontos de coleta sal-

tou de 82 para quase 700. Além disso, o projeto evitou a emissão de 860 mil quilos de CO₂, o que corresponde à poluição gerada por 2.430 carros populares circulando mensalmente.

“O projeto não só contribui para a preservação dos nossos mananciais, como também reforça o compromisso do Grupo com a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades. Estamos cada vez mais convencidos de que pequenas atitudes, quando multiplicadas, podem transformar a realidade dos nossos recursos naturais”, reforça a diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade, Marilene Ramos.

O Projeto Trata Óleo visa promover a conscientização sobre o descarte correto de óleo usado e sua destinação adequada, contribuindo para a proteção dos recursos hídricos e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

ARARUAMA: PREFEITA REFORÇA COMPROMISSO COM O CAMPO AO RECEBER TRATOR AGRÍCOLA

Em mais um gesto firme de apoio ao fortalecimento da agricultura local, a prefeita de Araruama, Daniela Soares, recebeu oficialmente um trator agrícola durante cerimônia realizada no dia 14 de julho, no Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais, da Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro.

O equipamento, que será incorporado à frota municipal, chega através do Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola (PROMAQ), iniciativa do Governo Federal que visa impulsionar a eficiência produtiva, modernizar as atividades no campo e melhorar as condições de trabalho dos agricultores em todo o Brasil.

“A chegada deste trator representa um avanço essencial para o setor rural de Araruama. Com ele, poderemos ampliar o suporte técnico aos nossos produtores, promovendo o desenvolvi-

mento sustentável da agricultura familiar e das pequenas propriedades”, afirmou a prefeita.

Gestão voltada à inclusão e ao desenvolvimento

Daniela Soares tem se destacado por sua atuação voltada à inclusão social no campo e à valorização da produção local. A atual gestão da Prefeitura de Araruama mantém o foco em políticas públicas que estimulam a geração de emprego e renda, além de promover uma agricultura mais justa e moderna.

Com essa nova conquista, a prefeita reafirma seu compromisso com o crescimento sustentável do município e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, colocando Araruama cada vez mais em evidência no cenário agrícola fluminense.

Crédito: Beatriz Batalha/ Mapa



UMA NOVA MARÉ NA PRAIA DAS PEDRINHAS



Construção de coletores de esgoto na Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo. Crédito: divulgação

Na Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, a sensação dos moradores é de recomeço, especialmente para aqueles que desfrutaram do local e acompanharam o crescimento da região. A revitalização da orla e a implantação do sistema de esgotamento são bons motivos para comemorar: as obras prometem transformar a paisagem e promover saúde e o bem-estar da comunidade.

No caso da nova rede coletora, a iniciativa da Águas do Rio, tem prazo de entrega ainda para esse ano, vai impedir que 7,8 milhões de litros de esgoto por mês continuem sendo despejados na Baía de Guanabara — o volume, equivalente a três piscinas olímpicas, será direcionado à Estação de Tratamento São Gonçalo, localizada no bairro Boa Vista. A ação devolverá dignidade à população, impulsionará o comércio local e abrirá caminho para que a praia volte a ser cenário de lazer, pesca e memórias afetivas.

Para Diogo Freitas, diretor-executivo da concessionária, a intervenção é fundamental para toda a cidade e, especialmente, para a recuperação da Baía de Guanabara, um dos maiores projetos ambientais em andamento no país.

“Iniciamos com a implantação da rede coletora de esgoto em 2024 e, agora, vamos concluir os trabalhos, instalando a rede para captar o esgoto de mais de 200 famílias e estabelecimentos comerciais. Entre uma etapa e outra, também aproveitamos para ampliar e reforçar o sistema de abastecimento de água tratada”, explicou Freitas.

Segundo o executivo, já foi implantada mais de um quilômetro de rede coletora na orla e em ruas do bairro. Após a conclusão dos serviços, outros benefícios serão percebidos, como a valorização imobiliária, o estímulo ao turismo e o impacto positivo na atividade pesqueira da comunidade.

O prefeito Capitão Nelson destacou a importância da parceria entre a Prefeitura de São Gonçalo e a Águas do Rio em diversas obras de infraestrutura e saneamento básico na cidade da Região Metropolitana.

“Não adianta realizarmos obras de drenagem e pavimentação em bairros inteiros se a concessionária não entrar também, instalando redes de água e de coleta de esgoto. A integração é fundamental e também acontece na Praia das Pedrinhas, onde estamos realizando uma moderna obra de revitalização que vai transformar nosso principal cartão-postal e beneficiar milhares de pessoas”, afirmou o prefeito.

Moradora e comerciante da região da Praia das Pedrinhas, Cristiane Oliveira nutre a esperança de voltar a curtir um mergulho em sua plenitude.

“Tem progresso vindo. Não tem mais como ficar como estava. Hoje eu não tomo banho na praia, mas já tomei. A praia era o quintal da minha casa. Com o trabalho sério que está sendo desenvolvido, é um sonho ver o bairro ser bem-visto no-

vamente. Tenho um olhar especial para a praia porque a minha história é aqui, desde que nasci.”

Mais qualidade de vida para todos

Presidente da associação de moradores do bairro, Sandro Cunha relembra seu passado no local e o que espera ver após as obras.

“Tive uma infância muito feliz aqui. Meu sonho é ver a minha neta brincando na praia como um dia eu já brinquei. Tenho a expectativa de que, com a nova rede de esgotamento sanitário, possamos ter mais saúde, qualidade de vida, além de uma praia melhor, sem poluição e com o pescado de volta. Que as pessoas possam desfrutar novamente do local.”

Além da rede de esgotamento da Praia das Pedrinhas, a Águas do Rio vem realizando outros investimentos que contribuem diretamente para o meio ambiente em São Gonçalo. No início do ano, a empresa entregou a rede coletora do Murtundo, que direciona 7 milhões de litros de esgoto por dia para tratamento.

Teresópolis, 134 anos.

*Cidade que respira
qualidade de vida!*

#VemPraTeresópolis

Teresópolis, a cidade mais alta do RJ, **completa 134 anos e encanta com seu clima serrano e belezas naturais.** Cercada por três unidades de conservação, mais de 60% de seu território é coberto por Mata Atlântica e fontes de água mineral.

Com uma rede hoteleira diversificada e gastronomia de qualidade, a cidade é um destino consolidado. **Agora, também se destaca como polo de turismo**

rural, valorizando sua vocação agrícola e preservação ambiental.

Teresópolis investe em sustentabilidade, reflorestamento e mapeamento ambiental de precisão. **Uma das cidades mais seguras do RJ,** alia a tranquilidade serrana à proximidade com grandes centros. **Um lugar onde desenvolvimento e preservação andam juntos, garantindo qualidade de vida em cada detalhe.**

PREFEITURA MUNICIPAL



TERESÓPOLIS
acima de tudo!

www.teresopolis.rj.gov.br
@prefeiturateresopolis

CAPA

AGENERSA COMPLETA 20 ANOS DE REGULAÇÃO

Baía de Guanabara recupera balneabilidade após investimentos da Agência. Crédito: divulgação/Agenersa

Criada em 2005, a Agenersa é responsável pela regulação das concessões dos serviços públicos de Saneamento Básico e Energia no Estado do Rio de Janeiro. Durante esses 20 anos, a regulação mudou e a Agenersa precisou se reestruturar para atender a essa demanda cada vez mais complexa, principalmente, em 2021, com a licitação dos 4 blocos de concessão da Cedae, transferido à iniciativa privada, totalizando 35 municípios atendidos, dentre eles a capital, num total de aproximadamente 4,6 milhões de economias, de acordo com dados do BNDES, divulgados à época do leilão. Com o leilão, considerado o mais robusto de infraestrutura do país, a Agenersa passa a regular e fiscalizar os novos contratos desse megaprojeto de concessão, após regulamentação do novo marco do saneamento. Momento ímpar para a Agenersa que tem sido referência no setor, inspirando outras agências reguladoras no país.

Nomeado em setembro de 2021 como Conselheiro-Presidente, o Delegado de Polícia Civil Rafael Menezes, que possui especializações em Regulação, Gestão de Pessoas, Gerenciamento de Projetos e Administração Pública, elegeu três pilares que nortearam a reestruturação da Agenersa: Governança, Transparência e Capacitação.

A principal medida foi a autorização por parte do Governador Cláudio Castro para realização do primeiro concurso público nesses 20 anos, no qual 50 servidores de carreira passaram a integrar os quadros da Agência, com expectativa para convocação de 20 candidatos remanescentes para o provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal. A Agência teve um salto de pouco menos de 70 servidores para quase 190 servidores. Isso proporcionou que as quatro Câmaras Técnicas – Energia, Saneamento, Tarifária e Resíduos Sólidos,

responsáveis pelas fiscalizações, fossem fortalecidas com esses servidores altamente qualificados.



Celebração por um ano da posse dos 50 primeiros servidores concursados da Agenersa. Crédito: divulgação

Outra mudança significativa se deu na Procuradoria da Agenersa, pois a complexidade dos novos contratos exigia vasto conhecimento jurídico/regulatório. Foi então solicitada à Procuradora Geral do Estado (PGE) que autorizasse a cessão de um Procurador do Estado para fazer parte da Agência. Ciente da importância do assunto para o Estado do Rio de Janeiro, a PGE permitiu a cessão do primeiro Procurador a ser lotado na Agência, o Dr. Marcus Vinícius Barbosa, que montou uma equipe de especialistas e que hoje vem sendo responsáveis por nortear as principais decisões do Conselho-Diretor.

A Ouvidoria também precisou ser reestruturada. Além de ter sua equipe ampliada, sua atuação foi reformulada, passando a atuar de forma proativa e em conjunto com as Câmaras Técnicas. Ela é responsável pelo Programa “Agenersa na Rua”, no qual equipes de pronto atendimento se dirigem aos locais com problemas emergenciais ou de grande impacto à população. Composta por um membro da Ouvidoria e outro da Câmara Técnica, busca resolver os problemas de forma imediata. Hoje, o sucesso é percebido pelo índice de resolutividade da Ouvidoria, que está em torno de 90%, sendo reconhecido por toda a sociedade.

Na atual gestão, o número de concessionárias cresce vertiginosamente totalizando 14 empresas reguladas e fiscalizadas pela Agenersa: Águas de Juturnaíba, Prolagos, CEG, CEG Rio, Vale do Café, Águas da Imperatriz, Rio+Saneamento, Águas de Paraty, CEDAE, Iguá, Águas da Condessa, Centro Sul, Águas do Rio



O Delegado de Polícia Civil Rafael Menezes foi nomeado Conselheiro-Presidente da Agenersa em setembro de 2021. Crédito: divulgação/Agenersa

e Águas de Pádua. A expansão reafirma o compromisso da Agenersa com a boa qualidade dos serviços públicos em todo o estado fluminense.

Após ser reformulada na atual gestão, a Corregedoria-Geral da Agenersa apresenta os bons resultados alcançados das atividades realizadas. Juntamente com a Auditoria de Controle Interno da agência composta por auditores concursados, cedidos pela Controladoria Geral do Estado, a Corregedoria elaborou o Plano de Integridade da Agenersa, tendo como ações principais a criação da Unidade de Gestão de Integridade (UGI), o Novo Código de Ética e Conduta e a Comissão de Ética, entre outras ações. Também colaborou para a criação da Unidade de Inteligência Regulatória (UIR) e coordenou a elaboração do primeiro Planejamento Estratégico do ciclo de 2022 até 2026. A Corregedoria participou de capacitações promovidas por meio do programa QualiReg, inclusive com consultoria internacional. No início da gestão, o efetivo da Corregedoria contava apenas com um servidor; atualmente, a equipe conta com 4 colaboradores.

Uma agência para a população

Não bastavam medidas operacionais: era preciso garantir legitimidade às ações da Agência.

Foi assim que medidas importantes foram tomadas para dar total transparência aos processos em tramitação.

O primeiro passo foi refazer todo o site com apoio do PRODERJ. Hoje, o site dispõe todas as informações da Agência, sejam elas administrativas ou regulatórias, e sempre buscando facilitar cada vez mais o acesso por parte dos usuários em consonância com um dos pilares: a transparência.



Novo site da Agenesra, feito com o apoio da PRODERJ. Crédito: reprodução

Vale destacar também os bons resultados já alcançados. Em 2024, o PRODERJ / Secretaria de Transformação Digital elevou a nota de satisfação ao Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PEDTIC) apresentado pela Agenesra de 4,17 para 10,0, aumento de 140% em comparação ao ano anterior. O resultado satisfatório reafirma o compromisso da agência em melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população, aliando a tecnologia e a inovação às ações de regulação e fiscalização com transparência e responsabilidade.

Agência forte precisa de servidores qualificados

Não bastava ter a quantidade de pessoas necessárias: era preciso também que essas pessoas estivessem qualificadas para enfrentar as complexidades de uma regulação. Foram muitos os investimentos em qualificação dos servidores, com participação em cursos, seminários, workshops, inclusive com experiências internacionais. Foram

contratados cursos específicos para a atuação da Agência e dois MBAs em Regulação. Os investimentos em capacitação aumentaram consideravelmente na gestão do atual presidente.

Os resultados de uma regulação eficiente

Após várias promessas de governos anteriores, com a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto, um dos grandes objetivos foi alcançado: a despoluição da Baía da Guanabara, que ficou a cargo da Concessionária Águas do Rio, responsável pelos Blocos 1 e 4.

O contrato de concessão buscou assegurar que, além da universalização da distribuição de água e da coleta de esgoto, também o Rio de Janeiro enfim tivesse um dos seus maiores cartões postais despoluído. Para tanto, previu pesados investimentos por parte da concessionária em coletores de tempo seco (CTS) para conter o esgoto despejado na Baía para que o mesmo fosse tratado.



Coletor de tempo seco de Mesquita. Crédito: divulgação/ Agenesra

Com obras estruturantes, manutenção de sistemas e novas tecnologias, 103 milhões de litros de esgoto, o equivalente a 44 piscinas olímpicas por dia, deixam de ser despejados in natura em rios e praias que deságuam nesse ecossistema.

O resultado aparece nos relatórios do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), que apontam melhoria progressiva da balneabilidade em áreas

historicamente degradadas, como as praias do Flamengo, Glória, Botafogo, Urca e Ilha de Paquetá. No total, mais de 37 bilhões de litros de esgoto por ano deixaram de poluir a Baía.

Mas o trabalho continua e a meta da concessionária é ambiciosa: impedir que mais de 400 milhões de litros de esgoto, o equivalente a 200 piscinas olímpicas por dia, sigam poluindo a Baía. Isso deve beneficiar diretamente cerca de 10 milhões de pessoas em 17 municípios da bacia hidrográfica.

Um dos marcos dessa virada foi a limpeza completa do Interceptor Oceânico, um túnel de 9 km de extensão que coleta o esgoto da Zona Sul do Rio e o conduz até o Emissário Submarino de Ipanema. Em 52 anos, nunca havia passado por manutenção. A operação, que retirou 3 mil toneladas de resíduos, devolveu a capacidade plena ao sistema e reduziu os extravasamentos nas praias oceânicas.

Na Praia do Flamengo, a Águas do Rio instalou uma nova estação elevatória na Praça do Índio, desviou o Rio Carioca para o Interceptor e reali-

zou o desassoreamento das redes. Resultado: 22 milhões de litros de esgoto por dia deixaram de ir parar no mar todos os dias. Na Ilha de Paquetá, desde setembro de 2023, o efluente de 3.500 moradores é bombeado por uma tubulação subaquática de nove quilômetros até a estação de tratamento de São Gonçalo. O investimento, de R\$ 26 milhões, recuperou estações elevatórias e eliminou vazamentos, impedindo que cerca de 725 milhões de litros de esgoto cheguem anualmente ao entorno da ilha.

Até 2033, serão investidos mais R\$ 19 bilhões em esgotamento sanitário em toda a sua área de concessão. Deste total, R\$ 2,7 bilhões serão aplicados exclusivamente em obras no entorno da Baía de Guanabara. O trabalho de excelência da Concessionária Águas do Rio em sintonia com uma fiscalização permanente da Agenesra e constantes diálogos garante que as melhores e mais eficientes medidas sejam tomadas em prol da população fluminense.



Ilha de Paquetá recupera sua balneabilidade com projeto de despoluição. Crédito: André Albuquerque

CRIMINOSO DE 21 ANOS COM 86 PASSAGENS É PRESO NOVAMENTE APÓS SÉRIE DE FURTOS NO RIO



Patrick Rocha Maciel é detido na 12ª DP, em Copacabana, Zona Sul do Rio. Crédito: reprodução

A falta de punição efetiva acaba por estimular a criminalidade, criando um ciclo vicioso difícil de romper. O que falta para o Legislativo entender que o país vive uma guerra não declarada contra o crime, que avança dominando territórios, monopolizando serviços e impondo suas próprias leis?

A prisão de Patrick Rocha Maciel, de apenas 21 anos, reacende o debate sobre a impunidade e os entraves da legislação penal brasileira. Com impressionantes 86 passagens pela polícia por crimes como roubo, furto e tráfico de drogas, Patrick foi detido novamente por agentes da 12ªDP (Copacabana) após cometer quatro furtos em menos de um mês em liberdade. Os alvos foram apartamentos, uma farmácia e até uma igreja presbiteriana.

Para muitos, casos como o de Patrick representam um tapa na cara do cidadão de bem, que vê criminosos reincidentes circulando livremente, enquanto a polícia se vê obrigada a prender os mesmos indivíduos repetidamente.

Reincidência sem limites nas barbas da lei

Durante as investigações, o delegado Angelo Lages descobriu que o criminoso já havia sido

preso dias antes, em 29 de junho deste ano, por outro furto a estabelecimento comercial.

“Patrick é um velho conhecido da Polícia Civil. Começou como adolescente infrator e já acumula um histórico criminal extenso. Vai completar 22 anos e já tem esse currículo”, afirmou o delegado.

Política de desencarceramento também estimula o crime

A reincidência e a facilidade com que o jovem volta às ruas escancaram o que muitos consideram um sistema penal falho e ultrapassado, que não acompanha a escalada da criminalidade urbana. A política de desencarceramento adotada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido alvo de críticas por parte de especialistas em Segurança Pública e da população, que se sente desamparada diante da crescente sensação de insegurança.

Este caso levanta uma pergunta urgente: até quando a sociedade brasileira vai tolerar que a juventude seja cooptada pelo crime, enquanto o Estado falha em garantir justiça e segurança?

POLÍTICA

GOVERNO DO RJ ADOTA MEDIDA HISTÓRICA PARA REFORÇAR TRANSPARÊNCIA NA FAPERJ



A presidente da Faperj, Caroline Alves da Costa, com o secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes.

Em mais um passo decisivo rumo à ética e à integridade na administração pública, o governador Cláudio Castro e o secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes, demonstram compromisso firme com a transparência ao implementar uma nova diretriz que transforma a relação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (Faperj) com seus próprios dirigentes.

Nova regra proíbe participação de diretores e conselheiros em editais da fundação

Atendendo à orientação direta do secretário Anderson Moraes, a Faperj publicou, no dia 27 de junho deste ano, uma portaria que estabelece um marco inédito: membros da alta gestão, como diretores e conselheiros, ficam impedidos de participar de editais promovidos ou cofinanciados pela fundação — inclusive aqueles em parceria com outras instituições.

A determinação, assinada pela presidente da Faperj, Caroline Alves da Costa, foi publicada no Diário Oficial e representa um endurecimento necessário para coibir potenciais conflitos de interesse.

Fim da sobreposição de interesses

Com a medida, a prática de gestores beneficiados com recursos de seus próprios editais está oficialmente com os dias contados. A partir de

agora, qualquer forma de envolvimento — mesmo indireto — será vetada. Dirigentes não poderão atuar em projetos nem como membros de apoio ou referência. O objetivo é claro: proteger a lisura dos processos seletivos e consolidar uma cultura de governança ética.

Medida com respaldo legal e histórico de necessidade

A mudança reforça a integridade dos processos. Em 2024, o então subsecretário de Ensino Superior, Edgar Leite Ferreira Neto, foi exonerado após receber recursos da fundação em edital do qual também era conselheiro.

Na ocasião, a Faperj afirmou que seus editais seguiam critérios técnicos e que, até então, não havia impedimento à participação de membros do Conselho Superior. Com a nova portaria, esse cenário passa a ser regulado de forma mais rígida.

Transparência como política de Estado

Com essa iniciativa, o governo estadual reafirma que integridade não é apenas um valor, mas uma diretriz inegociável de gestão. O secretário Anderson Moraes reforça o tom de austeridade e responsabilidade pública já adotado pelo governador Cláudio Castro, consolidando um legado de confiança com a sociedade fluminense e com a comunidade científica.

VEREADOR FERNANDO ARMELAU PROPÕE DECLARAR PRESIDENTE DA INDONÉSIA PERSONA NON GRATA NO RIO



Vereador Fernando Armelau. Crédito: Renan Olaz

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro recebeu um projeto de lei que declara o presidente da Indonésia, Prabowo Subianto Djojohadikusumo, persona non grata na capital fluminense. A proposta foi protocolada pelo vereador Fernando Armelau (PL), em repúdio à atuação do governo indonésio no caso da morte da brasileira Juliana Marins, ocorrida naquele país.

O projeto, de caráter simbólico, busca registrar a indignação institucional do município diante do que o parlamentar classificou como “omissão deliberada” das autoridades da Indonésia.

Segundo a justificativa do projeto, mesmo após tentativas de resgate e apelos da família da vítima, o governo local não teria oferecido resposta adequada e em tempo hábil para salvar Juliana.

“O Rio de Janeiro não pode se calar frente à insensibilidade demonstrada por um chefe de Estado estrangeiro. O caso, amplamente repercutido na mídia nacional e internacional, revela indiferença diante de uma situação de urgência que envolvia a vida de uma cidadã brasileira”, afirma Fernando Armelau.

A declaração de persona non grata não produz efeitos diplomáticos concretos, mas tem forte peso político e simbólico. Com a medida, Armelau busca reafirmar seu compromisso com os direitos humanos e a proteção da vida, além de prestar solidariedade à família da vítima.

A proposta agora aguarda tramitação nas comissões da Câmara antes de ser submetida à votação em plenário.

PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DEVERÃO APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS



Deputado Renan Jordy. Crédito: divulgação/Alerj

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) está analisando um Projeto de Lei que obriga profissionais que atuam em instituições de saúde no estado do Rio a apresentarem certidão negativa de antecedentes criminais no ato da contratação.

De autoria do deputado estadual Renan Jordy (PL), a medida vale para toda instituição pública ou particular que preste serviços de atendimento à saúde, como clínicas médicas, hospitais, centros de reabilitação, centros de atendimento médico especializado e clínicas especializadas em harmonização facial.

O projeto também estabelece que a certidão deverá ser renovada a cada dois anos, e é obrigação da instituição manter arquivado este documento enquanto o profissional prestar serviços na clínica.

“É de extrema importância a apresentação da certidão negativa de antecedentes criminais no ato da contratação, justamente para evitar que pessoas que cometeram erros graves na função anterior-

mente sejam inseridas novamente nas instituições de saúde”, considerou o deputado Renan Jordy.

“Não podemos permitir que situações de negligência médica, abusos, fraudes ou qualquer tipo de crime, voltem a acontecer por falta de rigor nos processos de contratação”, afirmou.

Mais segurança para os pacientes

O parlamentar acredita ainda que essa é uma forma de salvaguardar a integridade dos pacientes.

“Precisamos de regras para assegurar não só a qualidade dos serviços prestados nas instituições de saúde que atuam no nosso estado, mas também para garantir a segurança dos pacientes em atendimento”, disparou Jordy.

O Projeto de Lei Nº 4950/2025, que dispõe sobre a iniciativa, está em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça da Casa e será analisado por outros cinco colegiados antes de ir à votação em Plenário.

ENTREVISTA**“O PODER PÚBLICO PRECISA IR ONDE AS DORES ESTÃO. E, MUITAS VEZES, ELAS ESTÃO DENTRO DE CASA”**

Vereadora Gigi Castilho tem se destacado entre os novatos da Câmara do Rio. Crédito: Luciola Villela/CMRJ

Com um mandato voltado para as mulheres, a primeira infância e as famílias das periferias cariocas, a vereadora Gigi Castilho (Republicanos) tem se destacado entre os novatos da Câmara do Rio. Educadora de formação e moradora da Zona Oeste, Gigi foi eleita com 13.492 votos e afirma que legislar é mais do que apresentar projetos: é representar, escutar e ocupar espaços que por muito tempo ficaram silenciosos. Em entrevista, ela detalha os pilares que orientam seu mandato e explica como

suas propostas buscam transformar realidades cariocas de forma concreta.

1. A senhora iniciou seu primeiro mandato com seis eixos prioritários. Como esses pilares se refletem nas ações legislativas?

Desde o início, deixei claro que meu mandato teria seis pilares: mulher, empreendedorismo, educação, primeira infância, esportes e saúde. Não são bandeiras de marketing, são compromissos com as realidades que vivi como mãe, educado-

ra e cidadã. Um exemplo é o projeto que apresentei criando as Salas Lilás nos CRAS. A gente fala muito sobre violência contra a mulher, mas poucas vezes oferece acolhimento real. A proposta garante um espaço protegido, com equipe multiprofissional, para mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, com respaldo psicológico, jurídico e social, além da obrigação de comunicação com as delegacias da mulher. A violência não avisa quando vai acontecer, então o atendimento precisa ser contínuo e seguro.

2. Além da pauta de gênero, a senhora tem atuado fortemente pela inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Quais medidas já foram apresentadas?

Dois projetos muito importantes. O primeiro obriga hospitais e unidades de saúde a adaptarem espaços sensoriais para atendimento de pessoas com TEA. Um pronto-socorro barulhento e lotado pode causar uma crise violenta em uma criança autista, algo que muitos não entendem porque nunca viveram isso na pele. O segundo projeto cria o Programa de Vacinação Domiciliar para pessoas com TEA. Ou seja, garante que essas crianças e jovens possam ser vacinados em casa, com acompanhamento e agendamento adequado. Isso evita traumas e amplia a cobertura vacinal entre um grupo que, muitas vezes, é deixado de lado. Não é privilégio. É justiça.

3. A senhora se baseou em relatos de mães e familiares para desenvolver esse projeto da vacinação em casa. O que esses depoimentos revelam?

Essas mães estão esgotadas. São mulheres que enfrentam o abandono do sistema de saúde, que carregam seus filhos no colo sem saber como vão lidar com a próxima crise. Ouvi relatos de mães que desistiram de vacinar seus filhos porque a fila estava grande e o filho já tinha entrado em colapso. Outras relataram olhares de julgamento dentro do posto. Isso é desumano. Com o projeto, queremos permitir que essas mães respirem. Que possam garantir o direito básico à imunização sem precisar sacrificar a saúde mental do filho. É mais que saúde pública. É empatia institucionalizada.

4. Maio foi um mês de mobilização com ações como o Maio Laranja e eventos de conscientização em Sepetiba. Como a senhora avalia essas iniciativas?

Foi um mês muito importante. No Maio Laranja, ocupamos a Praça Oscar Rossin com uma grande ação de conscientização contra a violência infantil. Mais de 300 pessoas participaram de atividades gratuitas como aula de zumba, atendimento com dentista, nutricionista, manicure, maquiadora, entre outros serviços. A presença foi forte, e o impacto também. Mas quero destacar especialmente a caminhada de conscientização sobre o autismo que realizamos em Sepetiba — foi a primeira, e agora se tornará anual. A comunidade respondeu, abraçou o evento e entendeu que inclusão se faz com presença e respeito.

5. Então a caminhada pelo autismo será uma marca do seu mandato na Zona Oeste?

Com certeza. Sepetiba merece esse cuidado e esse olhar atento. A caminhada vai fazer parte do nosso calendário anual porque é mais que simbólica, ela cria laços, rompe preconceitos e dá visibilidade a famílias que muitas vezes enfrentam tudo sozinhas. Foi emocionante ver pais, mães, educadores e crianças caminhando juntos, com orgulho e acolhimento. Vamos repetir e ampliar essa mobilização a cada ano.

6. Como a senhora avalia os primeiros meses de mandato? Já sente que está conseguindo deixar sua marca?

A política precisa ter rosto e nome. Precisa falar a linguagem do povo. Em poucos meses, conseguimos apresentar projetos relevantes, construir parcerias, mobilizar a população e mostrar que o gabinete da Gigi está aberto e atuante. Eu não vim para fazer figuração. Vim para ser instrumento. Para lutar por quem precisa. Nossa cidade precisa de coragem, empatia e presença. E é isso que estou entregando: um mandato firme, feminino, sensível e comprometido com as bases que me elegeram. O povo vai ver que é possível fazer diferente.

ARTIGO**POLÍCIA MILITAR NO TRÂNSITO: SOLUÇÃO OU DESVIO DE FUNÇÃO?****Por Filippe Poubel***

Com o aumento da criminalidade sobre duas rodas, cresce o debate sobre o papel da Polícia Militar na fiscalização do trânsito urbano. Seria essa a solução mais eficaz ou um uso indevido da força policial?

Nos últimos anos, crimes cometidos por motociclistas, muitos disfarçados de entregadores, tornaram-se rotina nas grandes cidades brasileiras. Furtos, assaltos à mão armada, sequestros-relâmpago e outros delitos são registrados diariamente, em vídeos amadores e reportagens policiais. A imagem do criminoso mascarado por trás de uma mochila de delivery virou símbolo do desafio da segurança pública urbana.

Diante desse cenário, a solução imediata parece lógica: acionar a Polícia. Mas será que a simples presença da PM nas ruas, como agente de trânsito, resolve o problema? Ou estaria a corporação desviando-se de sua função principal — garantir a segurança pública — ao ser usada em tarefas tipicamente administrativas?

A complexidade da fiscalização

A atuação da Polícia Militar na fiscalização de trânsito é prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), mas deve seguir parâmetros legais e administrativos bem definidos. Quando atua nessa função, o policial militar se torna formalmente agente da autoridade de trânsito, podendo orientar, autuar e aplicar medidas como retenção de veículo ou apreensão da CNH.

Contudo, é importante lembrar que a PM não é o único órgão competente. Guardas Municipais, agentes do Detran, das Secretarias Municipais de Mobilidade e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) também têm atribuições no controle do tráfego. O artigo 23 do CTB prevê que a fiscalização pode ser exercida por diversos entes, desde que conveniados com o Sistema Nacional de Trânsito.

Função primária da Polícia Militar

É necessário diferenciar infrações administrativas de crimes. Questões como documentação vencida, IPVA atrasado, faróis queimados ou CNH fora da validade

de são irregularidades que não exigem, a princípio, o envolvimento de forças armadas treinadas para o combate ao crime.

Constitucionalmente, a Polícia Militar é uma força de segurança pública voltada à prevenção e repressão de crimes. Destinar seu efetivo a atividades administrativas reduz sua eficácia no policiamento ostensivo e investigativo, além de comprometer o uso racional dos recursos públicos e humanos.

A urgência da segurança urbana

Por outro lado, muitos delitos urbanos envolvem o uso de veículos — sobretudo motocicletas. Nesse contexto, a presença da PM no trânsito pode sim ter caráter preventivo e estratégico, especialmente na abordagem de veículos suspeitos, recuperação de bens roubados e contenção de práticas perigosas como os chamados “rolezinhos” — aglomerações organizadas por redes sociais que muitas vezes terminam em vandalismo e confrontos.

Para que esse papel seja eficiente, é necessário que a PM atue com inteligência tática e respaldo legal, evitando generalizações ou abusos. O foco deve ser a repressão qualificada ao crime, e não a punição do cidadão comum por pequenas irregularidades.

O uso da Polícia Militar como agente de trânsito precisa ser repensado sob a ótica da eficiência e funcionalidade. O Brasil possui múltiplas instituições legalmente competentes para gerir o trânsito — cabe ao poder público organizar e capacitar esses agentes para assumirem plenamente essa função.

Deixar que a PM atue onde sua presença é indispensável — no enfrentamento da criminalidade — é uma medida de gestão inteligente e um compromisso com a segurança real da população. Afinal, enquanto a PM está parada fiscalizando documentos, o crime continua em movimento.

*Filippe Poubel é deputado estadual pelo PL no Rio de Janeiro.

Mais segurança para você explorar todos os cantos do nosso estado na sua próxima viagem.



O Governo não para de trabalhar: investimos 5 bilhões de reais em segurança para todos. Só este ano já atraímos mais de 1 milhão de turistas internacionais, confirmando a nossa vocação para o turismo e grandes eventos. O estado do Rio de Janeiro é um show e mais turismo melhora a nossa economia e gera mais empregos.

O trabalho não para. É todo dia e é de todos.

www.turismo.rj.gov.br/setur-rj

Acesse e explore nosso estado.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**
O TRABALHO NÃO PARA. É TODO DIA E É DE TODOS.



RÁDIO COSTA VERDE FM 91,7

A CARA DO RIO !!



SITE WWW.RADIOCOSTAVERDEFM.COM.BR